



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**TRAJETORIA DO DESENVOLVIMENTO: REVISITANDO O PASSADO PARA
REPENSAR O FUTURO**

**ADEMIR ANTONIO CAZELLA; DIOGO ALVIM GONÇALVES; CLAIRE
CERDAN CERDAN;**

UFSC

FLORIANÓPOLIS - SC - CANADÁ

dalvim@prefeitura.sp.gov.br

PÔSTER

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

Trajatória do Desenvolvimento: revistando o passado para repensar o futuro

Grupo de Pesquisa: Laboratório de Estudos sobre a Multifuncionalidade da Agricultura e do Território do Centro de Ciência Agrárias UFSC e do Núcleo de Meio ambiente e Desenvolvimento do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar em que medida os problemas da pobreza e da degradação ambiental da região de São Joaquim, em Santa Catarina, vêm sendo historicamente gerenciados pelos agentes de planejamento e gestão do desenvolvimento regional. Para tanto, recuperamos a trajetória do desenvolvimento desde a colonização até hoje. A partir desta trajetória, investigamos os recursos (naturais e humanos) mobilizados para impulsionar as estratégias de desenvolvimento adotadas ao longo do tempo. As reflexões sobre o histórico e cenário atual da região levaram à conclusão de que os problemas destacados não representam uma prioridade nas agendas de planejamento do desenvolvimento regional. As conseqüências socioambientais do desenvolvimento regional são pouco estudadas e por esse motivo seus impactos negativos são poucos conhecidos. Ao longo da história foram baixas a valorização e a gestão do patrimônio sócio-cultural e natural como recurso específico do território. As demandas sociais e ambientais ficaram em segundo plano. Além disso, existem várias ações ligadas à problemática socioambiental na região, que não se articulam ora por entraves logísticos e operacionais, ora por interesses políticos partidários divergentes.

Palavras Chave: desenvolvimento, gestão, ecossistemas, socioambiental.

Abstract

The aim of this article is to investigate how poverty and environmental degradation in the region of São Joaquim, State of Santa Catarina, have been historically managed by the local authorities and concerned organizations responsible for developing planning and management. For that, the course of the regional development has been reviewed since the time of colonization until now. From that, we have investigated the natural and social resources used to give impulse to the developing strategies historically adopted. Looking at the reality of the current situation and its historical background we have been able to conclude that the diminishing poverty and environmental degradation are not priorities of the regional planning development agenda. We can also say that the problems are not very known and the authorities show little interest in that issue. The history has shown little attention to the management of the cultural and natural resources as specific characteristics of the region.

The social and environmental demands have been placed in second plan. From one side the political interests don't focus those problems, and by the other side the social and environmental impacts of the development are not deeply known. Besides that, we have seen several actions running involved with the social and natural demands separated from each other by logistic constrains or divergent political interests that take the place of social and environmental needs.

Key words: development, management, ecosystems, nature-society

Introdução

Este artigo é o resultado dos estudos desenvolvidos sobre a incorporação dos problemas e conflitos socioambientais nas estratégias de desenvolvimento assumidas no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)¹ de São Joaquim, em Santa Catarina. O trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que envolve as Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC) e de Campina Grande (UFCG) e que tem por objetivo fazer um diagnóstico das potencialidades e obstáculos para o desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais dos dois Estados (projeto CAPES/COFECUB n° 449/04)².

Buscamos compreender em que medida os impactos socioambientais do desenvolvimento foram considerados ao longo da história regional, e como foram - ou não - gerenciados. Para tanto, recuperamos a trajetória do desenvolvimento desde a colonização até hoje. Trata-se de um recurso metodológico que tem por objetivo identificar as principais mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas na região que auxiliam a compreender as dinâmicas territoriais atuais.

A partir desta trajetória, investigamos os recursos (naturais e humanos) mobilizados para impulsionar as estratégias de desenvolvimento adotadas ao longo do tempo. Em seguida analisamos essa trajetória de desenvolvimento do Planalto Sul de Santa Catarina (PSSC), destacando os principais ciclos econômicos até chegarmos à realidade atual.

Para Sabourin (2002, p.21), “o apoio ao desenvolvimento rural cobra novas exigências, ligadas à evolução dos fenômenos da globalização”. As últimas décadas caracterizaram-se por um modelo de desenvolvimento rural distanciado das práticas e valores das coletividades rurais, priorizando a busca de índices de produtividade e modernização tecnológica cada vez mais elevados – e a qualquer custo.

No Brasil rural, segundo Sabourin (2002, p. 22), “temos o exemplo de um país-continentes, aonde as populações das zonas rurais, histórica e politicamente, são pouco valorizadas e, portanto, pouco representadas”. Como aponta este autor, a agricultura sempre desempenhou um papel essencial no ordenamento dos territórios rurais e, obviamente, no seu desenvolvimento. Dessa forma, conhecer os caminhos priorizados para o desenvolvimento dos recursos produtivos desse setor é fundamental para a compreensão da situação das regiões rurais hoje.

A região sul do Brasil possui um histórico de colonização marcado por um padrão de desenvolvimento ligado estreitamente às atividades agrícolas implementadas por unidades familiares. Em Santa Catarina, apesar da aparente homogeneidade, as dinâmicas do processo de desenvolvimento foram diferentes entre as diversas regiões do estado e, por isso, há um descompasso, que permanece até hoje, entre as regiões ricas e aquelas marginalizadas. Pelas condições locais, a região deste estudo representa uma

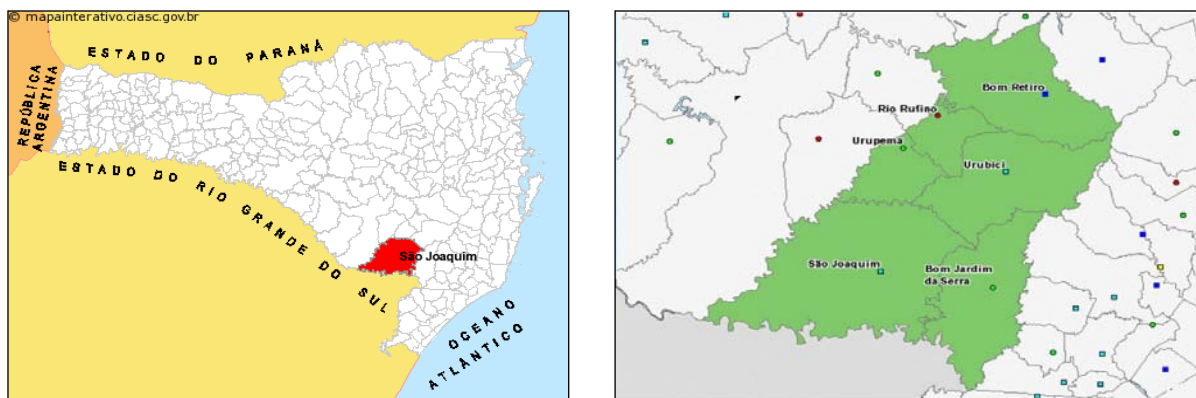
¹A partir do ano 2003, o Governo de Santa Catarina implementou uma política de descentralização administrativa, subdividindo inicialmente o estado em trinta SDR (atualmente são 39 SDRs). Cada Secretaria reúne um certo número de municípios (variável de seis a dezesseis) - no caso deste estudo, seis municípios -, com o propósito de implementar ações de planejamento do desenvolvimento intermunicipal. Aos poucos, esse processo tem sido associado pelos assessores técnicos à noção de desenvolvimento territorial. Na sequência deste estudo, essa iniciativa será retomada e aprofundada.

²Trata-se de um projeto de cooperação com instituições congêneres francesas, a saber: *Université François Rabelais de Tours* e *Institut National de Recherche Agronomique*. Na UFSC, tem-se a participação do Laboratório de Estudos sobre a Multifuncionalidade da Agricultura e do Território do Centro de Ciência Agrárias e do Núcleo de Meio ambiente e Desenvolvimento do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, coordenados, respectivamente, pelos orientadores desta dissertação.

zona de concentração de pobreza rural cuja origem nos reporta ao seu processo de ocupação.

A Figura I, a seguir, apresenta a localização geográfica da SDR de São Joaquim com seus municípios constituintes.

Figura I: Localização geográfica da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim



Fonte: Plano de Desenvolvimento Regional, 2005

Fonte: www.cidasc.sc.gov.br e Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, 2005.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim é composta por seis municípios: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema. A população total é de cerca de 50 mil habitantes, dos quais quase a metade vive no município de São Joaquim, o maior município da regional. A densidade demográfica da região é extremamente baixa (9,1 hab./km²) se comparada a do estado, que é de 56,2 hab./km².

Segundo o diagnóstico regional elaborado pelo projeto Meu-Lugar, predomina um nível de tomada de consciência ainda muito embrionário dos produtores no que diz respeito à lógica profunda de agravamento dos problemas socioambientais. A partir da coleta de dados primários e secundários, foi possível verificar que é recorrente, por parte da maioria dos agricultores e instituições de pesquisa e extensão, uma aparente negligência relativamente às medidas possíveis de proteção dos ecossistemas. Na região predomina ainda hoje as práticas de uma agricultura convencional, baseada no consumo intensivo de agrotóxicos. Queimadas, desmatamento de florestas nativas, reflorestamentos com *pinus* e despejo de resíduos humanos nos rios, sem qualquer tratamento prévio, são outros problemas presentes no cenário regional.

Além disso, segundo o Mapa da Exclusão Social em Santa Catarina (ICEPA 2000), a SDR de São Joaquim possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)³ do estado (0,76). Conforme mostra a Tabela I, 55,1% das pessoas são

³O IDH é um indicador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, elaborado no Brasil em parceria com a Fundação João Pinheiro. Ele leva em conta simultaneamente a condição econômica (renda *per-capita*), a condição de saúde (expectativa de vida) e a condição social (educação). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países ou regiões com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

pobres e 20,5% vivem sem renda suficiente. Este valor, para as condições do estado, é de 10,7%.

Tabela I: População, Renda *Per Capita* Mensal, Pessoas e Famílias com Renda Insuficiente e Pessoas Pobres, Segundo Meio Urbano e Rural – 2000

Localidade	População	Renda Per Capita (R\$)	Pessoas com renda insuficiente		Pessoas Pobres		Famílias com renda insuficiente	
			(Nº)	(%)	(Nº)	(%)	(Nº)	(%)
Total	50.075	222.37	12.359	24.7	27.576	55.1	2.835	20.5
Rural	18.088	197.35	5.007	27.7	11.108	61.4	1.163	23.7
Urbano	31.987	236.52	7.352	23.0	16.468	51.5	1.672	18.7

Fonte: Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina: Mapa da Fome (ICEPA, 2000)

Segundo o Mapa da Exclusão Social em Santa Catarina (ICEPA 2000), definem-se como **pessoas com renda insuficiente** para garantir a sua própria alimentação, todas aquelas que têm renda menor ou igual a R\$ 90,00 por mês, o equivalente a cerca de 25% do salário mínimo. Da mesma forma, **famílias com renda insuficiente** são aquelas cuja renda familiar encontra-se abaixo deste patamar por membro da família.

A linha de pobreza corresponde ao dobro da linha de indigência, que equivale, neste Mapa, à classe das “pessoas com renda insuficiente” (menos de R\$ 90,00/mês), e entende-se como **pessoas pobres** todos os que têm renda *per capita* mensal menor que R\$ 180,00 ou igual. Este grupo inclui as pessoas com renda insuficiente.

Sob o pano de fundo da trajetória de desenvolvimento da região, procuramos avaliar os principais impactos socioambientais das dinâmicas atuais a partir de dados secundários e entrevistas exploratórias. Além disso, buscamos alcançar uma imagem mais nítida das ações em curso na região que estão orientadas para a busca de enfrentamento da problemática estudada.

Entre as inúmeras variáveis e dimensões que compõem o processo de desenvolvimento, este estudo circunscreve-se no quadro de uma abordagem socioambiental, nos sistemas de planejamento e gestão. Dessa forma, a ênfase recai nas inter-relações envolvendo os impactos da agricultura sobre o ambiente biofísico e a qualidade de vida das populações.

Historicamente, a região tem sido marcada por uma preocupação com a competitividade do setor agrícola (hoje fortemente representado pelo cultivo da maçã), sem a valorização e gestão do patrimônio sócio-cultural e natural como recursos específicos do território.

Com isso, perde-se a oportunidade de uma associação de estratégias de valorização do conjunto de bens e serviços com processos que confirmam a superação das privações de liberdades elementares e de práticas que ameaçam a preservação dos ecossistemas da região.

1. A Trajetória de Desenvolvimento e suas Principais Fases

A noção de trajetória de desenvolvimento de uma região pode ser definida da seguinte forma:

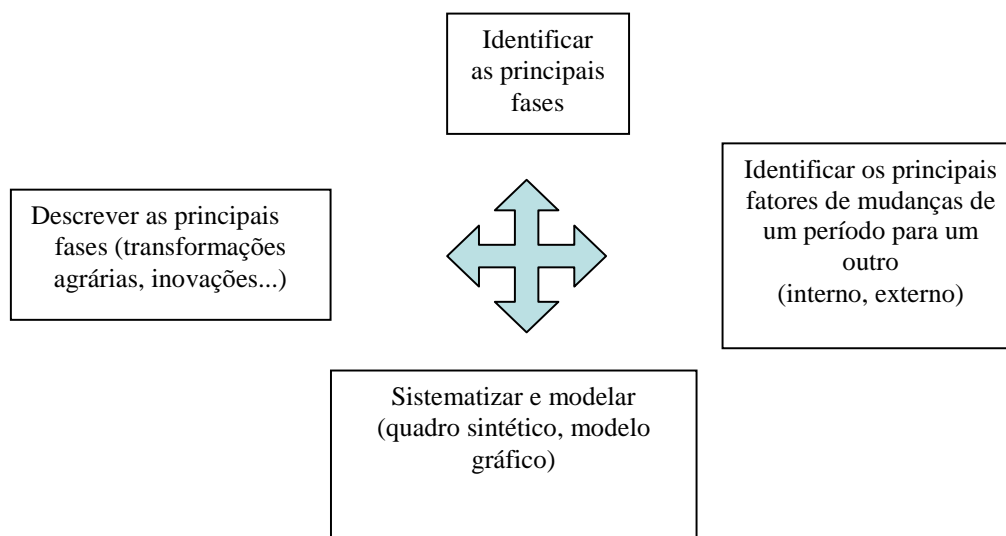
a evolução e a reorganização dos recursos produtivos - naturais, humanos, capital e informação - no tempo e no espaço, por um grupo

de atores sociais em um território delimitado, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar suas condições de vida (Sabourin, 2002, p.326).

Trata-se de um método de estudo que procura compreender as transformações, a partir da identificação e da interpretação das mudanças técnicas, econômicas e sociais. Nas zonas rurais, essa metodologia dá uma atenção particular para a reconstituição e a interpretação da história das transformações agrárias locais.

Dessa forma, constitui um instrumento de estudo, mas também de apoio à decisão de planejamento. Além disso, permite investigar quais recursos foram mobilizados e priorizados em cada ciclo de transformação socioeconômica, dando pistas sobre possíveis “vocações” de base cultural e/ou ambiental da região. A metodologia da trajetória baseia-se no seguinte esquema analítico:

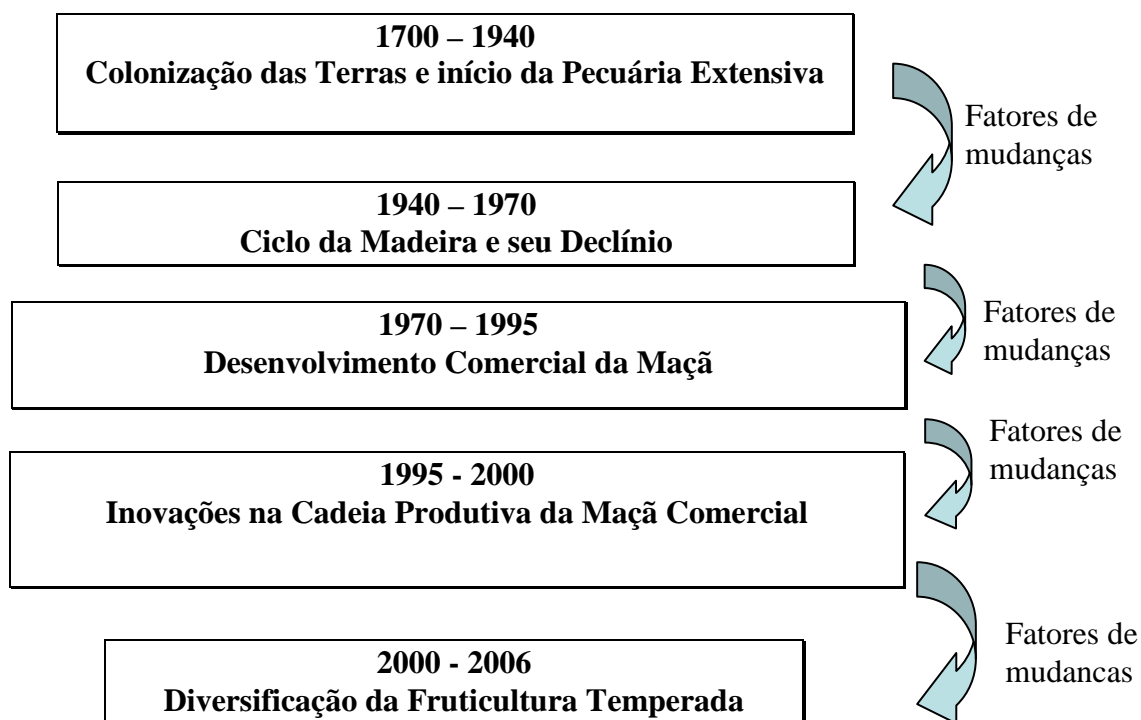
Esquema I: Passos Metodológicos para Elaboração da Trajetória de Desenvolvimento



Fonte: Cerdan (2006).

Dessa forma, as principais fases do desenvolvimento regional foram identificadas e divididas em cinco períodos históricos. Cada período representa um ciclo de transição e/ou de consolidação das atividades consideradas norteadoras do desenvolvimento regional. O Esquema II, a seguir, apresenta os cinco períodos da trajetória e suas respectivas datas, a começar pelo processo de colonização.

Esquema II: As Principais Fases da Trajetória de Desenvolvimento da Região



Fonte: Modificado a partir de Cerdan (2006)

Essa metodologia dá uma atenção particular à reconstituição e à interpretação da história das transformações agrárias locais, feitas a partir de um diagnóstico prévio e de dados secundários que permitam uma análise da trajetória focada na identificação de transformações importantes no processo histórico da região.

A obtenção dos dados na primeira etapa partiu de duas fontes de dados e informações qualitativas:

1. Pesquisa de dados secundários junto a órgãos públicos, a organizações da sociedade civil (organizações empresariais, sindicato de trabalhadores), as organizações mistas constituídas pelo Estado e a sociedade civil (Conselhos Municipais de Desenvolvimento), as organizações não-governamentais (Associação Vianeí⁴, cooperativas) e a trabalhos de pesquisa correlatos sobre a região;
2. Entrevistas exploratórias com atores-chave, buscando a identificação de impactos socioambientais importantes no processo histórico da região.

⁴A Associação Vianeí de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde tem sua sede em Lages e atua há mais de 20 anos na região do Planalto Catarinense assessorando agricultores familiares e suas organizações nas atividades de produção, beneficiamento e agroindustrialização, crédito e comercialização da produção e certificação dos produtos agroecológicos. Além disso, trabalha nos setores de capacitação profissional e de organização social.

Os dados obtidos foram sintetizados em formato de tabelas, contendo as informações que demonstram sua relação com as principais mudanças no cenário produtivo regional e com a problemática de pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa de campo deu-se em duas estadas na região de duração de uma semana em cada uma delas, entre novembro de 2005 e janeiro de 2006. Nessas oportunidades foi feita uma primeira pesquisa documental, bem como algumas entrevistas exploratórias acerca da trajetória do desenvolvimento, além do acompanhamento de técnicos de campo, ligados à Epagri. A segunda etapa da pesquisa de campo, realizada no período de 12 a 22 de novembro de 2006, teve por meta a realização das entrevistas semi-estruturadas com profissionais envolvidos com as temáticas de pesquisa.

Nessas oportunidades, participamos em reuniões e eventos regionais importantes e pertinentes para a obtenção de uma visão crítica da trajetória de desenvolvimento:

1. Janeiro de 2006: acompanhamento de agrônomos da UFSC em propriedades de produtores de maçã, para estudo da cadeia produtiva;
2. Dia 16 de novembro 2006: participação da reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional no Núcleo de Educação Profissional (NEP) localizado em São Joaquim);
3. Dia 22 de novembro de 2006: participação no Seminário Aquífero Guarani, em Urubici organizado por
4. Dia 12 de dezembro de 2006: participação do Seminário de Avaliação do Plano de Desenvolvimento Regional 2003-2006 no Centro de Treinamento de São Joaquim (CETREJO) da EPAGRI;
5. Dia 14 de dezembro de 2006: participação em uma das reuniões de criação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial promovida pelo MDA através da Associação Vianeí, no CETREJO.

Dentre os entrevistados, destacamos os profissionais ligados à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), ao Ministério Público, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), à Fundação do Meio Ambiente (FATMA), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA - Urubici), à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), à Companhia Integrada para o Desenvolvimento Agropecuário de Santa Catarina (CIDASC), ao Hospital Regional, a Prefeituras, Museu Municipal de São Joaquim, Associação de Produtores e Rádio Comunitária Quebra-Gelo, entre outros.

II. Síntese da Trajetória de Desenvolvimento da Região de São Joaquim

Neste item, sintetizamos a trajetória de desenvolvimento seguindo os períodos apontados pelo Esquema II. Para facilitar a compreensão dos aspectos históricos centrais de cada fase, elaboramos um conjunto de quadros-síntese por período. Dessa forma, abordamos aspectos históricos do processo de desenvolvimento regional desde a colonização e destacamos, nos quadros-síntese, as variáveis de maior relevância para compreender o cenário que se apresenta. Cada quadro representa uma das fases do desenvolvimento regional identificadas no Esquema II apresentado acima.

Em cada quadro foram destacadas as transformações relevantes, os fatores de influência, as conseqüências para a região e os fatores de mudança em direção ao próximo ciclo ou fase do desenvolvimento. Para sua interpretação, consideramos relevantes aquelas transformações que aconteceram em decorrência direta ou indireta

das estratégias de desenvolvimento adotadas e que tiveram forte influência sobre a problemática estudada. Os fatores de influência constituem parte das causas dessas transformações observadas historicamente e nos ajudam a compreender a situação atual.

Na coluna “conseqüência para a região” destacamos os principais impactos socioambientais e econômicos identificados que apresentam ligação estreita com o conjunto das transformações e com os fatores de influência destacados. A última coluna dos quadros indica os fatores de mudanças que levam à próxima fase ou ciclo do desenvolvimento. Nela enfatizamos alguns acontecimentos que figuram como importantes para as mudanças de ciclo econômico de um período para outro.

Fase I: A Colonização das Terras e o Início da Pecuária Extensiva (1700-1940)

Esta primeira fase da trajetória de desenvolvimento tem início em meados do séc. XVIII e se estende por mais de 200 anos, mais precisamente até a década de 1940 do século XX. Por tratar-se da fase mais longa do desenvolvimento regional, faremos uma breve retrospectiva histórica de seu processo.

A colonização de Santa Catarina, feita por portugueses, teve o litoral como ponto de partida, com a fundação das cidades de São Francisco, em 1645, Desterro e atual Florianópolis, em 1651, e Laguna, em 1676. Segundo Boiadeiro (2005), o Planalto Catarinense foi a segunda região do estado a ser colonizada, a partir do século XVII, por bandeirantes e tropeiros paulistas. Mais tarde, outros descendentes de portugueses, vindos de Laguna (SC) e Viamão (RS), somaram-se aos primeiros colonizadores, atraídos pela possibilidade de criar gado nas extensas áreas com pastagem natural que existiam na região.

Uma peculiaridade na ocupação das terras do Planalto Sul de Santa Catarina foi a sua motivação militar. Ainda segundo Boiadeiro (2005), ela foi oficialmente conduzida pelo Capitão-Mor Antônio Correia Pinto de Macedo a partir da fundação da Vila Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, em 22 de novembro de 1766. Ao que tudo indica, a fundação do atual município de Lages estava articulada a objetivos militares, de impedir o avanço espanhol a partir do sul e evitar a posse desse território, que, pelo tratado de Madri, pertencia à Espanha.

A exemplo do restante do país, antes da chegada dos colonizadores, os campos de Lages já eram habitados por populações indígenas. Segundo Queiroz (1981), ali viviam os Kaingangs, que cultivavam o milho e ocupavam com suas aldeias as áreas de campos abertos, e os Xóklengs que, embora falassem uma língua que pertencia ao mesmo tronco lingüístico da dos Kaingangs, desconheciam a agricultura e praticavam a coleta e a caça no interior das florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo.

Essas tribos eram essencialmente nômades, constituídas por grupos de 50 a 300 indivíduos. Eles dependiam da caça, da coleta de raízes, sementes e frutos, e se subdividiam em pequenos grupos, para explorar grandes áreas. Por esse motivo, a presença desses povos foi historicamente registrada num território bastante amplo.

Com a chegada do homem branco, essas tribos, aos poucos, foram sendo dizimadas ou empurradas para fora de seus territórios de domínio e, mais tarde, mantidas em reservas indígenas. O comportamento dos índios teria sido, na época, um problema para o assentamento das bases de ocupação por parte dos colonizadores em

sua vida cotidiana. O que se sabe é que, com o avanço das atividades pastoris, durante o século XVII, os índios acabaram sendo, na sua maioria, expulsos. Uma parcela pequena da população indígena foi escravizada pelos bandeirantes ou ficou trabalhando nas fazendas de criação de gado, ocorrendo a miscigenação com a população branca. Esse processo de miscigenação está na base para a formação étnica do caboclo, tipo humano bastante presente em todo o Planalto e no Oeste Catarinense.

Quando os primeiros colonizadores chegaram na região, já havia rebanhos de gado, chamados de “vacum” que eram praticamente selvagens. Supõem-se que esses rebanhos tenham sido introduzidos por colonizadores portugueses e espanhóis durante o século XVI. Ao chegarem à região, possivelmente trazidos pelos padres jesuítas, o gado se adaptou com facilidade, em função das extensas áreas de pastagens naturais. Para Boiadeiro (2005), nessa época começou a atividade econômica ligada à pecuária, que marcou o desenvolvimento regional por mais de dois séculos e se expandiu por todo planalto até a zona de Palmas, no Paraná.

Todo o planalto sul catarinense, que compreende as SDR São Joaquim e de Lages, pertencia ao sertão de Curitiba e era administrada pela capitania de São Paulo. As primeiras expedições do século XVII, realizadas por bandeirantes paulistas, tinham dois objetivos principais: o reconhecimento da área e a definição dos limites de domínio entre Portugal e Espanha.

Quando, entre os últimos anos do século XVII e o início do século XVIII, iniciou-se a exploração aurífera em Minas Gerais e a implantação das lavouras canavieiras em São Paulo, o transporte de gado do sul ganhou relevância econômica. A grande quantidade de gado dispersado pelo fim dos aldeamentos jesuítas das margens dos rios Paraná e Uruguai, encontrada pelos exploradores na região de Mata de Araucárias, tornou a região muito cobiçada.

O porto de Laguna foi o primeiro itinerário do gado sulino para São Paulo e Minas Gerais. Na segunda década do século XVIII, entretanto, foi descoberto um novo caminho pelo Planalto de Lages – o caminho do morro dos conventos –, que tornou mais econômico fazer o transporte para São Paulo por via terrestre. A importância de Lages cresceu, e a vila, como vimos fundada em 1766, tornou-se o centro pecuário e de expansão no processo de ocupação do Planalto.

Essa zona, portanto, foi colonizada e ocupada, principalmente, em função da atividade pecuária. Segundo Boiadeiro (2005), as pequenas propriedades rurais da região foram modeladas e constituídas, em grande parte, por ex-sitiantes, não proprietários legais, ex-agregados, ex-posseiros e alguns médios fazendeiros, em área melhor localizada. O histórico de colonização do Planalto Sul Catarinense teve, como diferença marcante em relação ao resto do estado, um padrão de ocupação das terras por grandes fazendas.

Essa concentração inicial de terras é percebida até hoje, ainda que em níveis mais baixos. Segundo o IBGE (1995), 63% dos estabelecimentos rurais têm menos de 50 há e ocupam 10% da área total da região, enquanto 37% têm mais de 50 há e ocupam 90% da área. Já no estado de Santa Catarina, 89% dos estabelecimentos rurais são menores que 50 há e ocupam cerca de 31% da área estadual. Nota-se, portanto, uma maior concentração fundiária na regional quando comparado ao estado como um todo.

Segundo a AMURES (1999), em 1777 foi feito o primeiro censo oficial da população de Lages. Nessa época, Lages abrangia todo planalto serrano, incluindo o conjunto de municípios das atuais SDR de São Joaquim e de Lages. Na ocasião, 371

peças, entre brancos, negros, escravos, pardos e índios residiam na região. Um dos reflexos da “Revolução Farroupilha⁵” foi o estabelecimento de inúmeras famílias oriundas do Rio Grande do Sul. Assim, em 1872, o Império determinou a elaboração de um segundo censo, que contou 14.374 habitantes em Lages, sendo 8.809 brancos, 4.144 pardos e 1.421 negros.

Com o desenvolvimento da atividade pecuária, a região viveu um período de grande prosperidade, com um número expressivo de fazendas de criação de gado. A base fundiária era a grande propriedade. A força de trabalho utilizada nos serviços domésticos era a escrava, enquanto a atividade pastoril era desempenhada pelos caboclos. O tropeirismo, principal atividade relacionada ao comércio na região até o final do século XIX, vai aos poucos perdendo importância, principalmente após a construção das ferrovias. Entretanto, os tropeiros persistem até as décadas de 1930 e 40. Por mais de um século e meio, a região teve na pecuária de forma extensiva a sua maior força econômica.

No Quadro I, abaixo, destacamos que a orientação do processo de colonização com seus objetivos militares ligados à política colonizadora da coroa portuguesa influenciou todo o processo histórico da região do Planalto Sul de Santa Catarina. Com a chegada de colonos italianos e alemães, inicia-se um processo de desenvolvimento que, mais tarde, se diferenciara através do saber fazer destes imigrantes na carpintaria e na fruticultura temperada.

Quadro I: 1700 – 1940: A Colonização e a Pecuária Extensiva

Transformações Relevantes	Fatores de Influência	Conseqüências para a Região	Fatores de Mudança em direção ao ciclo da Madeira
Colonização por bandeirantes e o estabelecimento de grandes fazendas (1700)	Coroa Portuguesa e sua política de colonização e imigração	Ocupação do planalto sul baseado na pecuária extensiva e grandes fazendas.	Lei das terras (1850) ⁶
Pecuária extensiva (vacarias, gado lageano, tropeirismo)	Expulsão dos jesuítas e formação das vacarias na região do Planalto Serrano Catarinense	Início de uma fruticultura doméstica, com a chegada das primeiras colônias de imigrantes (nas pequenas propriedades – 20ha).	Grande demanda por madeira por parte do comércio nacional (industrialização do Estado) e desenvolvimento do pólo madeireiro em Lages
Uso florestal (mel e pinhão)	Saber-fazer e potencial ambiental	Início de um saber-fazer (gado, fruticultura, mel e	Altas concentrações de araucária por hectare na

⁵ Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha são os nomes pelos quais ficou conhecido o conflito entre republicanos do sul e o governo imperial, que resultou na declaração de independência do Rio Grande do Sul, dando origem à República Rio-Grandense. Durou de 1835 a 1845 e, para além da então Província do Rio Grande do Sul, chegou a alcançar a região de Santa Catarina.

⁶ A Lei de Terras, como ficou conhecida a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, é um documento fundamental para compreender a organização agrária do Brasil. Ela atendia à evidente necessidade de organizar a situação dos registros de terras doadas desde o período colonial e legalizar as áreas ocupadas sem autorização, para depois reconhecer as chamadas terras devolutas, pertencentes ao Estado. O contexto de sua aprovação, entretanto, sugere a reflexão sobre outros objetivos que pautavam a lei, tais como a suspensão do tráfico de escravos no mesmo ano da Abolição, a busca de atrair imigrantes europeus para o trabalho agrícola nas grandes propriedades e o desejo do Império de dispor das terras devolutas para poder financiar o processo de imigração e colonização. (Fonte: <http://www.webhistoria.com.br/arqdirfon2.html> em 18 de junho de 2007).

		pinhão).	região
Colonos alemães e italianos com pequenos lotes de 20ha (1870).	Política de colonização e imigrantes	Início de uma miscigenação entre europeus, índios e negros, originando os caboclos	Saber fazer dos italianos na carpintaria

Fonte: Pesquisa documental

Passaremos a seguir para a segunda fase do desenvolvimento regional, quando a pecuária extensiva começa a declinar e a exploração madeireira emerge como o novo motor da economia da região.

Fase II: O Ciclo da Madeira e seu Declínio (1940-1970)

A partir dos anos 1940, a exploração da araucária superou a declinante hegemonia econômica da pecuária e determinou uma série de mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas da região, bem como no fluxo interno e externo de pessoas e de capital. Segundo Boiadeiro (2005), a exploração da araucária durou pouco tempo, não trazendo sustentabilidade nem transformações profundas na dinâmica socioeconômica da região, já que a maior parte dos lucros dessa atividade foi investido fora da região.

No Quadro II, abaixo, destacamos o potencial madeireiro da região aliado ao saber fazer dos italianos na carpintaria como um fator de grande influência para a exploração madeireira. É importante lembrar, que naquela época, retirar madeira da mata fechada era muito trabalhoso, mas a densidade de araucárias por hectare era tão grande que o investimento valia a pena. Além disso, a demanda por madeira por parte do mercado externo impulsionou o processo. Nesta mesma época, a tecnologia das motosserras e dos caminhões instrumentalizou o saber-fazer dos italianos na carpintaria e foi responsável pelo intenso, porém curto e insustentável, ciclo da madeira.

Percebe-se também uma mudança na valorização das parcelas de terra. Inicialmente, as melhores terras eram aquelas adaptadas para pastagens, sendo as áreas florestadas muito pouco valorizadas. Nesta época, os valores se invertem e as áreas cobertas de mata de araucária adquirem um alto valor comercial. Paralelamente, as grandes fazendas são divididas por seus herdeiros e conseqüentemente diminuem em tamanho de área. Além disso, percebe-se um aprimoramento da fruticultura temperada doméstica, tanto pela adaptação dos cultivares quanto pelo saber fazer dos colonos.

Quadro II: 1940 – 1970: O Ciclo da Madeira e seu Declínio

Principais Transformações	Fatores de Influência	Conseqüências para a Região	Fatores de Mudança em direção ao Ciclo da Macã
Exploração da madeira (floresta de boa qualidade / saber fazer dos italianos)	1. Demanda do mercado externo 2. Alta concentração de araucária por há na região. 3. Saber-fazer dos italianos na carpintaria	Aumento do número de serrarias de madeira (de 24 para 147 em 10 anos)	Desmatamento e código florestal de 1965 Super –exploração da

Revalorização das terras florestadas (pobres, com áreas de alta densidade de araucárias se tornaram ricas)	Aportes de tecnologia (motoserras, trator, caminhão, etc)	Saída de recursos naturais sem investimento interno.	madeira (clima, altitude) Vocação ambiental da Região
Divisão das grandes fazendas em fazendas médias	Divisão por herança	Aumento do número de médias fazendas	Fechamento das serrarias Recessão econômica
Multiplicação da fruticultura	Aprimoramento do saber-fazer e adaptação dos cultivares	Evolução dos pomares domésticos de fruticultura temperada	

Fonte: Pesquisa documental

Essa dinâmica de desenvolvimento, em que há uma enorme fuga de capital para fora da região, aparentemente permanece até hoje, embora tenha ocorrido uma melhoria social e novos investimentos produtivos. Da exploração da araucária passou-se para a fruticultura temperada, tendo a maçã como cultivo principal. Na seqüência, passamos à análise do processo de implantação dessa atividade que ocupa, na atualidade, lugar de destaque no quadro socioeconômico regional, acarretando profundos impactos no plano socioambiental.

Fase III: O Desenvolvimento Comercial da Maçã (1970 – 1995)

Na década de 1950, a partir dos pomares domésticos plantados pelos imigrantes de origem estrangeira – principalmente italianos e alemães –, com variedades de maçãs conhecidas como Pero de Maio, Cascuda, Amarela e Camilotti –, iniciaram-se os investimentos na fruticultura de clima temperado. Segundo Schmidt (1990), em 1951 ocorre a implantação de cultivos comerciais com o plantio de 1.600 árvores da cultivar *Rome Beauty*, em São Joaquim. Em 1951 foi feita a primeira calagem do solo, melhorando as condições do solo para a cultura da maçã. Em 1953, a partir da parceria entre a União e a Prefeitura Municipal de São Joaquim, foi inaugurado nesse município o Posto de Fruticultura, com a finalidade de fomentar a fruticultura de clima temperado na região (Schmidt, 1990).

A partir de então, a Prefeitura Municipal de São Joaquim começou a investir na divulgação da pomicultura, juntamente com alguns produtores e com o Posto de Fruticultura. A primeira Festa da Maçã foi organizada em 1953, sendo repetida anualmente até os dias de hoje.

Em 1968, o Estado de Santa Catarina cria o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, conhecido mais tarde como PROFIT. Ele estava vinculado à Secretaria da Agricultura e era executado pela então Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), órgão de extensão rural do Estado. Através do PROFIT criou-se a Unidade de Pesquisa Aplicada em Fruticultura em São Joaquim.

Na década de 1970, iniciou-se lentamente um processo de uso do solo diferenciado, com o início do processo de implantação de reflorestamentos de *Pinus* e a continuidade da instalação de pomares de maçã nas regiões de Lages e São Joaquim. Em 1975 começa a fase de maior implantação de pomares na região do Planalto Serrano, especialmente nos municípios de Lages, São Joaquim e Bom Jardim da Serra. No ano de 1976, a expansão de pomares de maçã foi de 435,9 há, em São Joaquim, com 66 novos fruticultores e mais dezenove expansões em áreas já plantadas (Schmidt,

1990). Nesse mesmo ano, em Fraiburgo, – outra região do estado, onde essa cultura foi implantada-, a expansão de área foi de 191,8 há, envolvendo sete fruticultores.

Os dados acima indicam que os pomares implantados no planalto eram pequenos, decorrente, dentre outros aspectos, das características dos solos, que são muito rasos (Schmidt, 1990). O PROFIT também teve influência na criação de cooperativas, destinadas a servir como centros de recepção, seleção, classificação, embalagem e armazenamento de frutas. Assim, foi fundada em 1977, no município de São Joaquim, a Cooperativa Regional Agropecuária Serrana (Cooperserra). Já existia nesse município a Cooperativa Cotia (atual Sanjo), que fazia a comercialização exclusivamente para os seus cooperados, que eram, e ainda são, famílias japonesas distribuídas em colônias (Schmidt, 1990).

Em 1978, é criada a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM), que começou a atuar na expansão do mercado interno dessa fruta e a dar apoio aos pomicultores brasileiros, principalmente através de proteção de mercado, diante das importações de maçãs argentinas (Schmidt, 1990).

No Quadro III, a seguir, destacamos a importância do apoio governamental ao fomento de pomares de maçã. Este incentivo estava ligado à estratégia do governo do estado de Santa Catarina para a agricultura. Paralelamente, observa-se a abertura dos mercados internos e externos com a chegada de grandes empresas na região. Além disso, destacamos o desenvolvimento das práticas de produção e das variedades para comercialização, com um significativo aumento produtivo.

Quadro III: 1970 – 1995: O Desenvolvimento Comercial da Maçã

Principais Transformações	Fatores de Influência	Consequências para a Região	Fatores de Mudança em direção a busca de qualidade
Desenvolvimento comercial da maçã	Abertura dos mercados de Florianópolis (produção de São Joaquim) e de SP (produção da Cotia).	Organização de produtores	Lei hortifrutigranjeira Abertura dos mercados (Brasil)
Apoio público para os japoneses, com a chegada da Cotia (60 famílias x 20ha) com linhas de crédito específicas para pomar, equipamento, casa.	Estratégia do Governo do Estado para agricultura	Acelerado desenvolvimento da cultura da maçã pelos produtores capitalizados e organizados (japoneses) em detrimento dos pequenos produtores	Chegada de grandes empresas de fora da região, que compravam a maçã sem diferenciá-la qualitativamente.
Evolução das práticas e conhecimentos da produção (produtores e pesquisadores)	Porta enxerto, novas variedades (Gala e Fuji).	Aumento da produtividade (1ª produção comercial)	

Fonte: Pesquisa documental

Outro aspecto importante é o aprimoramento da cadeia produtiva da maçã, ligado à busca de qualidade e de inovações na comercialização dessa fruta. A necessidade de aumentar a qualidade, por sua vez, está relacionada com a

competitividade do mercado no qual a cadeia produtiva da maçã se insere. Este mercado não diferencia a maçã das diferentes regiões produtoras e, conseqüentemente não valoriza aspectos territoriais que conferem qualidade diferenciada ao produto de cada região. Por isso, os preços são flutuantes e nunca definidos pelos produtores, mas sim pelas grandes empresas compradoras.

Fase IV: Inovações na Cadeia Produtiva da Maçã Comercial (1995 – 2000)

Nesta fase destacamos o aparecimento do programa técnico denominado Produção Integrada de Maçã (PIM), que representa uma tentativa dos órgãos de pesquisa e de extensão rural de amenizar e controlar o uso de agrotóxicos nos pomares. Para tanto, o produtor é orientado a adotar um sistema de controle integrado de pragas e doenças que recebe informes e avisos fitossanitários emitidos pela Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina). Porém, este sistema não alcança todos os pomicultores, mas representa uma iniciativa de mitigação dos impactos ambientais da atividade.

É importante enfatizar que neste momento a economia regional passa a ser muito dependente da maçã. A produção já começa a enfrentar crescentes problemas, causados por pragas e por intempéries climáticas, que dificultam ainda mais a inclusão de novos produtores e a consolidação dos que iniciaram a atividade recentemente. Os conflitos ambientais em torno da fruticultura começam a ser mais evidentes e novas estratégias de ação passam a ser impostas por parte de entidades como a FATMA e o Ministério Público de Santa Catarina que fiscalizam a atividade e seus impactos ambientais.

O Quadro IV, abaixo, destaca a globalização com um fator de influência sobre a cadeia produtiva da maçã. Isto se afirma com a chegada de grandes empresas exportadoras na região. Em resposta, observamos o aumento da organização dos produtores em relação a diferenciação da maçã regional, e diversificação da fruticultura. Socialmente, vemos um aumento da demanda de mão-de-obra e a exclusão de pequenos produtores que não estavam organizados e tinham uma inserção na cadeia produtiva da maçã que não lhes conferia autonomia para as negociações de produção e venda.

Quadro IV: 1995 – 2000: Desenvolvimento da Maçã Comercial

Principais Transformações	Fatores de Influência	Conseqüências para a Região	Fatores de mudança em direção à busca de diversificação da fruticultura
Evolução comercial das cadeias produtivas da maçã (cadeia produtiva – mercado de qualidade; PIM, marca, etc)	Globalização	Economia baseada na maçã para mercado externo	Descentralização SDR Problemática de pragas e intempéries climáticas

Chegada das grandes empresas exportadoras	Aumento do número de produtores de maçã	Exclusão comercial de pequenos produtores que não tinham nenhum poder de negociação e estavam desorganizados. Falta de mão de obra para as épocas de pique e contratação sazonal e insalubre de trabalhadores temporários	demonstrando a fragilidade e a dependência na cultura da maca Conflitos ambientais (FATMA, TAC) dependência das flutuações de mercado externo no preço da maçã
Início de um processo de diferenciação dos produtores de maçã	Necessidade de diferenciação da maçã no mercado em relação a outras regiões em virtude da descoberta da qualidade superior da maca da região.	Iniciativas de diferenciação do produto e busca da diversificação da fruticultura e do processamento da maçã (suco, etc)	
Plantação de pinus Elliotti	Indústria moveleira de Lages	Desmatamento e poluição ambiental	

Fonte: Pesquisa documental

Entrando na última fase do desenvolvimento regional, destacamos a emergência de novas estratégias de diversificação da fruticultura como saída para a dependência da economia regional da cadeia produtiva da maçã. Esta fase coincide com o processo de descentralização do Estado e de discussão do planejamento regional pelo projeto Meu Lugar no âmbito da recém criada SDR de São Joaquim.

Fase V: Diversificação da Fruticultura Temperada (2000 – 2006)

Hoje em dia, a maçã representa o produto líder da região, o que tem provocado a busca de alternativas à excessiva dependência econômica em relação a essa atividade. Assim, o turismo, a floricultura e a diversificação da fruticultura temperada figuram entre os esforços das instituições de pesquisa e de desenvolvimento que atuam na região. A título de exemplo, a chamada vitivinicultura de altitude representa hoje a mais nova área de intervenção da pesquisa pública e de empresários (Cordeiro, 2006).

No Quadro V a seguir, subtraímos a coluna dos “fatores de mudança” porque o presente trabalho abrangeu as informações disponíveis até o final de 2006. O próximo ciclo socioeconômico ainda não está definido, embora já existam indícios de suas tendências, como o grande investimento no turismo e na vitivinicultura.

Contudo, constrangimentos ambientais e econômicos, como as intempéries climáticas e o baixo consumo de maçã no País, fragilizam a economia interna baseada na maçã. Mas a emergência da discussão sobre planejamento regional através da SDR representa uma oportunidade de redesenho das estratégias em direção a superação dos principais problemas socioambientais que a região apresenta.

Quadro V: 2000 – 2006: Diversificação da Fruticultura Temperada

Principais Transformações	Fatores de Influência	Conseqüências para a Região
Diversificação interna da produção na fazenda	Dependência da maçã	Grandes perdas por intempéries climáticas (granizo), impossibilidade de negociação do preço da maçã, baixo consumo per capita no Brasil
Busca de novos mercados (IG, orgânicos e etc) e a continuação da evolução da cadeia produtiva da maçã	Infra-estrutura de pós-colheita e comercialização deficiente devido à falta de garantia de investimento dos produtores	Deficiências fazem com que uma parte significativa da produção de pequenos produtores da região de São Joaquim acabe gerando empregos e movimento econômico em outras regiões e outros Estados, onde as maçãs são armazenadas, embaladas e comercializadas por grandes empresas produtoras, que buscam na região mais fria do Estado um produto de melhor qualidade
Problemas ambientais e aplicação da lei ambiental – FATMA	População 80 % urbana, borrachudo, falta de saneamento básico	Realização do Inquérito Sanitário, exigências do MP e contaminação dos corpos d'água.
Chegada de novas estratégias (vinhos)	“Novos rurais”- uva	Continuidade de investimentos externos que priorizam o mercado externo e com baixa preocupação territorial e ambiental
Políticas de desenvolvimento rural reflexão sobre potencial de desenvolvimento	Descentralização	Início de um processo de planejamento regional mais amplo e preocupado com a participação da população

Fonte: Pesquisa documental

Por fim, cabe ressaltar que a região ainda preserva muitas potencialidades sociais e ambientais. Hoje, já estão disponíveis insumos teóricos consistentes para apoiar os planejadores do desenvolvimento a superar antigos problemas. O projeto Meu Lugar e a parceria do governo do estado com o PNUD representam oportunidades de inovação, que contudo se desdobrarão em mudanças a partir do real comprometimento e interesse dos envolvidos no processo de desenvolvimento e seus aprimoramentos. Através deste trabalho também pretendemos contribuir nesta direção.

III.O Descaso Socioambiental no Processo Histórico da Região

A partir da trajetória de desenvolvimento sintetizada é possível constatar padrões marcantes no processo histórico da região. Dos conflitos entre brancos e índios, passando pela escravidão, pelo ciclo da pecuária e hoje pelo da maçã, não é difícil constatar que o mercado externo sempre foi o agente regulador. As demandas e necessidades locais foram condicionadas pelas demandas e necessidades de outras regiões do estado e do país.

Para a região, a chegada da maçã significou uma dinamização da economia local, mas hoje se percebe uma nova fase de estagnação. Na busca de soluções para esse quadro, novos projetos de promoção e de diversificação da fruticultura temperada, especialmente com o cultivo de uva, e de diferenciação de mercados têm sido implantados na região. Atualmente, os 9 mil hectares de maçã plantados por cerca de 1.800 produtores representam, ao mesmo tempo, um potencial e uma fraqueza, já que os impactos socioambientais dos cultivos de maçã sempre foram pouco considerados e estudados, sendo, portanto, pouco conhecidos.

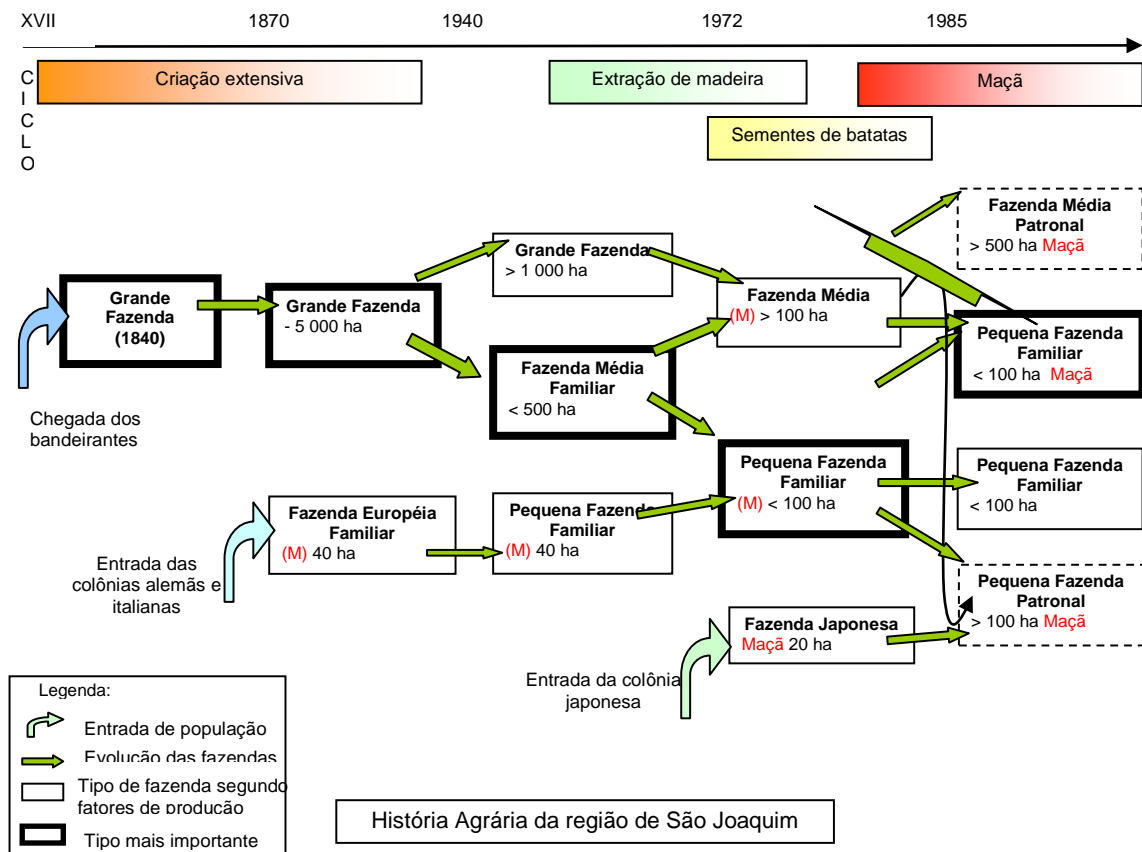
Também podemos observar uma rede de atores que mantém um forte vínculo entre a região e mercados nacionais e internacionais. As amenidades ambientais e o clima característico foram marcantes na trajetória do desenvolvimento regional, sendo

um recurso explorado de diversas maneiras, através do turismo e da produção agrícola de clima temperado.

A partir do histórico de ocupação agrária, percebe-se a permanência de uma considerável estratificação da população entre capitalizados e descapitalizados, já que a região teve seu histórico de colonização relacionado com a presença de grandes fazendas. Essas últimas, mesmo sendo hoje de menor tamanho, permanecem nas mãos de um número reduzido de proprietários.

Por meio do Esquema III, a seguir, é possível observar que na atualidade a atividade da pomicultura macieira está baseada na agricultura familiar. Porém, isso não deve suscitar a idéia de que, por esse motivo, as propriedades sejam necessariamente pequenas, sem mão-de-obra contratada ou com baixo suporte tecnológico. Na região de São Joaquim, o padrão tecnológico de parte dos agricultores envolvidos com a fruticultura temperada é bastante alto em relação à maioria. Essa diferenciação local entre agricultores familiares é marcante e ilustra a enorme diversidade da categoria de análise denominada “agricultura familiar”.

Esquema III: Evolução da Estrutura Agrária 1870-Hoje



Fonte: Sophie, 2006

Segundo Boiadeiro (2005, p.116), “do ponto de vista social, a característica mais marcante das pequenas propriedades do PSSC é a influência histórica que sofre(u) do latifúndio”. Esse autor aponta três fatores de influência marcantes. O primeiro, diz respeito à própria trajetória dos pequenos proprietários, que de certa forma têm uma

passagem quase obrigatória por dentro do latifúndio, na medida em que o filho ou o pai já trabalhou como peão de alguma fazenda. Sabe-se que é nas pequenas propriedades que se requisita a mão-de-obra para as lidas nas fazendas.

O segundo relaciona-se com a localização geográfica das pequenas propriedades rurais, na maioria, inseridas no entremeio das grandes fazendas. Esse fato influencia fortemente as tomadas de decisão cotidianas ou até mesmo passam a ditar hábitos ou valores próprios das grandes fazendas, como a estrutura dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)⁷, freqüentados e assumidos pelos pequenos produtores rurais. Em terceiro lugar, pela questão da representatividade política, pois, com raras exceções, os pequenos proprietários rurais do PSSC não tiveram uma representação expressiva capaz de traduzir suas demandas, seja através de um sindicato, de uma associação ou de alguma esfera de administração pública (Boiadeiro, 2005).

O que percebemos, é que hoje, as ferramentas para a superação de problemas antigos existem e seria ingênuo justificar a ausência de mudanças pela falta de informação ou recursos simplesmente. Os interesses político partidários claramente superam as prioridades socioambientais que dessa forma crescem a revelia dos planejadores. A parcela da população representada pelos pequenos proprietários rurais descapitalizados é numericamente expressiva e ainda permanece em segundo plano nos projetos formais de desenvolvimento rural.

V. Conclusões

O primeiro ciclo econômico regional incorporou à região duas características fundamentais. Por um lado, foi implantada uma estrutura de produção baseada na criação pecuária em regime extensivo, cujos índices de produtividade historicamente se mantiveram baixos. Por outro, se delimitou uma estrutura agrária, em parte significativa dos municípios, assentada nas médias e grandes propriedades rurais, fato que demarca uma diferença crucial em relação à estrutura agrária das demais grandes regiões do estado de Santa Catarina.

Essa forma de estruturação econômica foi reforçada durante boa parte do século passado, quando ocorreu uma forte expansão das atividades econômicas relacionadas à exploração madeireira, processo esse que culminou com a instalação na região, nas últimas décadas do século XX, de grandes empresas que operam no mercado internacional de papel e celulose. Embora não instaladas na regional São Joaquim, essas empresas já influenciam a produção de *Pinus* e eucalipto para fins comerciais na regional, havendo inclusive conflitos ligados a plantações de *Pinus* na área do Parque Nacional de São Joaquim, mais precisamente em Bom Jardim da Serra.

Ocorreu um intenso processo migratório nas duas últimas décadas, tanto interna como externamente à região, sendo que boa parte dos migrantes estão se dirigindo para as microrregiões litorâneas do estado de Santa Catarina. Do ponto de vista social, o fato

⁷ Trata-se de uma agremiação cultural cuja complexidade sociopolítica vai além de um clube ou de atividades meramente recreativas. Os CTGs em geral tem o intuito de reviver certos hábitos campeiros, buscando reproduzir a estrutura interna e as atividades sócio-culturais empreendidas nos centros riograndenses. Desse modo, almeja recriar dentro do espaço urbano o modo de vida das estâncias do pampa fronteiriço, a começar pela sede que pode ser caracterizada como uma espécie de réplica do galpão existente nas fazendas da Campanha. Também a nomenclatura foi apropriada e normalmente são adotados os nomes usados na administração de um estabelecimento pastoril, como patrão e capataz, por exemplo. Para aprofundar neste tema indicamos a tese de doutorado de COSTA, Rogério Haesbaert. *“Gaúchos” no nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade*. São Paulo: USP, 1995.

mais marcante é o elevado grau de pobreza existente na maior parte dos municípios da região. Pelos dados obtidos, essa situação não está melhorando com o passar dos anos.

Ao mesmo tempo, é possível constatar que a estrutura econômica local sempre esteve voltada para atender às demandas do mercado externo e poucos foram os atores locais que se beneficiaram desse processo. Mesmo havendo uma significativa diversidade de produtos (leite, carne, mel, frutas, artesanato, pinhão, erva-mate, queijo, etc.), a economia local é dependente da maçã e do turismo associado a ela e ao clima frio conhecido da região. Soma-se a isso o fato de que a problemática ambiental está, há muito tempo, à margem das reflexões e ações prioritizadas, constituindo um problema que põe em xeque o modelo de desenvolvimento predominante na região até hoje e a sustentação das práticas convencionais de gestão das relações homem-natureza.

Se o rumo do desenvolvimento regional não for reorientado em direção a uma agenda de prioridades diferente da atual, e que contemple a problemática estudada, os impactos socioambientais continuarão se agravando. Caso isso ocorra, não é difícil imaginar que a região enfrentará as consequências destas falhas na gestão dos recursos sociais e ambientais, tal como o fez após o curto e degradador ciclo da madeira. Não percamos de vista, entretanto, que hoje os problemas socioambientais são mais complexos, e seus impactos seguirão os mesmo padrões de maior complexidade e incerteza.

Esses fatos colocam um conjunto de desafios para as políticas públicas que visam promover o desenvolvimento regional. Por um lado, são necessárias ações emergenciais, sobretudo para minimizar as condições de miséria de boa parte da população e, por outro, são necessárias políticas estruturais que possam dar às populações dos municípios melhores condições e oportunidades no médio e longo prazo.

Referências Bibliográficas:

- AMURES. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico**: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Florianópolis – SC. 1999.
- BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola: estudo de caso - Fazenda Água Santa - São Joaquim-SC**. Florianópolis, 2002. 149p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- BIANCHINI, Susana Scóss. **Recordando São Joaquim** – Florianópolis: Edição da autora, 1986 112p.
- BOEIRA, Sabrina Mendes; Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. **Estudo da dinâmica territorial rural: a implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, 2006.
- BOIADEIRO, J. **Percepção do Uso do solo e desenvolvimento rural: Um estudo de etnopedologia no planalto sul de Santa Catarina**. Lages, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC Curso de Pós-Graduação em Ciência do Solo, 166p.
- CORDEIRO, WILTON CARLOS; **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. A vitivinicultura em São Joaquim - SC: uma nova atividade no município. Florianópolis, 2006. 132.**
- EHLKE, C. **A conquista do Planalto Catarinense – 1ª. fase: Bandeirantes e Tropeiros do “Sertão de Curitiba”**. Florianópolis – SC. Lunardelli, 1973-193p.

- EISFORIA. **Do Desenvolvimento Local ao desenvolvimento Territorial Sustentável**/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas – v.1,n.1(jan./jun.2003) – Florianópolis, 2003.
- GAIO, A. **As estratégias de ação utilizadas pela secretaria de estado do desenvolvimento regional de São Joaquim para implementar o plano de desenvolvimento sustentável de seu território**. Florianópolis, 2005, p.145. Dissertação de mestrado em administração pela Universidade do estado de Santa Catarina.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Pecuária Municipal. Banco de dados Agregados SIDRA**
- ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Caracterização regional – 27ª secretaria regional de São Joaquim**. Disponível em: [http://icepa.com.br/Publicações/diagnostico/SÃO JOIAQUIM.PDF](http://icepa.com.br/Publicações/diagnostico/SÃO_JOIAQUIM.PDF). Acesso em 12/08/2004.
- RIBEIRO, E. **Aperfeiçoamento de Plano de Desenvolvimento regional de São Joaquim: Inclusão de uma área temática específica para o meio-ambiente**. Lages, 2005, p.99. Monografia de especialização em meio ambiente e gestão ambiental pela Universidade do estado de Santa Catarina.
- NUNES, Sirlei Cândida Neves; Universidade Federal de Santa Catarina. **História e práxis cultural-educativa em São Joaquim, SC**. Florianópolis, 2001. 103p; Dissertação(Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- PNUD BRASIL. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 17/01/06.
- QUEIROZ, M. V. de: **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado 1912-1916**. Ed. Ática-São Paulo, 1981.323p.**SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto**. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. **Brasília: Embrapa, 2002**.
- SACHS, I. **Codesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, S. C. dos: **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Lunardelli, 1973.
- SCHMIDT, Wilson; WILKINSON, John; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. **O setor macieiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial /**. Rio de Janeiro, 1990. 258p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- TURNES, V et. al. **Projeto Meu Lugar: Transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis, Cidade Futura, 2004, 184p.
- VIEIRA, Paulo Freire e CAZELLA, Ademir Antônio (org). Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa “**Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina**”. Florianópolis: [s.n.], 2004. (mimeo).
- ZANDONADI, L. **O impacto social do programa de erradicação do trabalho infantil nas famílias do município de São Joaquim (2001-2005)**. Lages, 2006, p. 85. Monografia de especialização em Políticas públicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina.